



FACULDADE DE DIREITO UFMG

DIREITO

CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR ADJUNTO – ÁREA GOVERNANÇA SOCIAL, DO DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO DA FACULDADE DE DIREITO DA UFMG, CONFORME EDITAL N.º 281, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE 29/04/2009.

Critérios a serem observados para atribuição de pontos por títulos

Títulos (Itens)	Especificação (Subitens)	CrITÉrios de pontuação	Pontuação total máxima atribuível ao item
I- Graus, diplomas universitários e certificados de cursos de especialização e aperfeiçoamento	I.1. Doutorado em Direito ou áreas afins.	25 pontos por curso	40 pontos
	I.2. Mestrado, "stricto sensu", em Direito ou áreas afins.	15 pontos por curso	
	I.3. Especialização em Direito ou áreas afins..	07 pontos por curso	
	I.4. Graduação ou pós-graduação adicional, em Direito ou áreas afins.	04 pontos por curso	
II - Experiência docente	II.1. Docência efetiva em curso de Direito ou áreas afins.	3 pontos por ano ou fração de seis meses de docência	20 pontos
	II.2. Docência como monitor de pós-graduação em Direito ou áreas afins.	1 ponto por ano ou fração de seis meses de docência	
III Experiência científica ou técnica	III.1. Serviços de atividades jurídicas, ou áreas afins, públicas ou privadas.	0,5 ponto por ano de atividade ou fração de seis meses	14 pontos
	III.2. Exposições proferidas em congressos, seminários e palestras de caráter jurídico ou de áreas afins.	0,5 ponto por evento	
	III.3. Programas de pesquisa acadêmica, extensão ou iniciação à docência em Direito ou áreas afins.	1 ponto por programa	
IV – Administração Acadêmica	Participação em cargos, empregos, funções ou representações de gestão acadêmica.	1 ponto, por ano ou fração de seis meses, por cargo, emprego, função ou representação exercida	4 pontos
V - Publicações	V.1. Livro de Direito ou de áreas afins, de autoria individual.	5 pontos por obra	15 pontos
	V.2. Co-autoria em livro de Direito ou de áreas afins.	2 pontos por obra	
	V.3. Artigo publicado em revista ou participação em obra coletiva, de Direito ou de áreas afins.	1 ponto por publicação	
	V.4. Co-autoria em artigo publicado em revista ou em participação em obra coletiva, de Direito ou de áreas afins.	0,5 ponto por publicação	
VI - Distinções conferidas em reconhecimento por atividade intelectual	VI.1. Aprovação em concurso público para cargo, emprego ou função de natureza jurídica ou de áreas afins.	1 ponto por concurso	7 pontos
	VI.2. Prêmios acadêmicos.	1 ponto por prêmio	
	VI.3. Trabalhos específicos, inclusive em comissões, e semelhantes.	1 ponto por evento	
Total máximo de pontos atribuíveis			100 pontos

CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR ADJUNTO – ÁREA GOVERNANÇA SOCIAL, DO DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO DA FACULDADE DE DIREITO DA UFMG, CONFORME EDITAL N.º 281, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE 29/04/2009.

PROGRAMA

1. PROPEDEÚTICA E PRINCIPIOLOGIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO: 1.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Conceito, natureza e fins. Administração Pública como organização e como atividade. Administração Pública e Governo. A Administração Pública e os regimes jurídicos público e privado. Poderes da Administração. Evolução da Administração Pública. Reformas administrativas no Brasil. 1.2. DIREITO ADMINISTRATIVO: Conceito. Fontes. Evolução histórica. Direito Administrativo no Brasil. 1.3. REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO: Relação Jurídico-Administrativa. Princípios constitucionais do Direito Administrativo.

2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TERCEIRO SETOR: 2.1. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: Desconcentração de competências. Descentralização política e administrativa. Administração Direta e Indireta. Autarquias, empresas estatais e fundações: conceito, natureza e regime jurídico, características, controle. Agências reguladoras e executivas. Consórcios públicos. Evolução e tendências da organização administrativa. 2.2. ENTIDADES PARAESTATAIS E TERCEIRO SETOR: Conceitos. Serviços sociais autônomos. Entidades de apoio. Organizações Sociais. Organizações da sociedade civil de interesse público. Contratos de gestão.

3. ATO ADMINISTRATIVO E PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: 3.1. ATO ADMINISTRATIVO: Conceito, requisitos, elementos, atributos, classificações. Perfeição, validade e eficácia. Extinção. Vinculação e discricionariedade. 3.2. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: Conceito, requisitos, importância, objetivos, fases, espécies, fundamentos constitucionais.

4. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO: 4.1. LICITAÇÃO: Conceito, finalidades, princípios, modalidades, procedimento licitatório, anulação e revogação, recursos Administrativos. 4.2. CONTRATO ADMINISTRATIVO: Conceito, características, modalidades, extinção. 4.3. CONVÊNIOS: Conceito, características. Distinção entre convênios e contratos. 4.4. CONSÓRCIOS PÚBLICOS: Conceito, características, formação, objetivos.

5. SERVIÇO PÚBLICO E INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO: 5.1. Conceito de serviço público. Serviço público e outras atividades da Administração: distinção. Intervenção do Estado no domínio econômico. Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público. Direitos dos usuários. 5.2. Concessões e permissões de serviço público e seus regimes jurídicos. Poderes, deveres e direitos do delegante, do delegatário e dos usuários. Política tarifária. Extinção da concessão e da permissão. 5.3. Parcerias público-privadas.

6. AGENTES PÚBLICOS: Espécies. Cargo, emprego e função. Regime constitucional dos servidores. Responsabilidade do agente público.

7. DOMÍNIO PÚBLICO: Classificação dos bens públicos. Regimes jurídicos. Aquisição e alienação. Uso de bem público por particular.

Handwritten signature/initials

Handwritten mark

8. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA: Função social da propriedade. Ocupação temporária. Requisição. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento. Desapropriação.

9. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO. Fundamentos e características. Evolução da responsabilidade do Estado por atos administrativos. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade. Reparação do dano. Ação regressiva. Responsabilidade por atos legislativos e jurisdicionais.

10. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Conceito, abrangência, controle interno e externo. Controle administrativo, legislativo e jurisdicional. A evolução do controle da Administração Pública no Brasil. Proteção aos direitos individuais, coletivos e difusos. Controle de gestão.

11. DIREITO URBANÍSTICO: 11.1. Normas de Direito Urbanístico (características). 11.2. Estatuto da Cidade. 11.3. Disciplina urbanística da propriedade: propriedade urbana, solo urbano. 11.4. Regime jurídico do planejamento urbanístico. 11.5. Ordenação jurídico-urbanística do solo: regime urbanístico do solo; ordenação do uso e da ocupação do solo; ordenação da paisagem urbana. 11.6. Instrumentos de intervenção urbanística: limitações e restrições urbanísticas à propriedade; servidão urbanística; desapropriações urbanísticas; aproveitamento compulsório. 11.7. Instrumentos de controle urbanístico: ordenação urbanística da atividade edilícia; autorizações e licenças urbanísticas; licenças edilícias.

